

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve sua motivação na minha experiência com aulas particulares de português para alunos de ensino fundamental e médio, os quais, na sua grande maioria, apresentavam dificuldades com a língua portuguesa no que diz respeito à análise sintática. Muitas vezes, meus alunos pareciam fazer a análise sintática totalmente baseados na sua intuição de falantes da língua, o que, frequentemente, não coincidia com a classificação oferecida nas gramáticas tradicionais. Eles não conseguiam adequar a teoria aprendida aos exercícios propostos nos livros didáticos. A impressão que eu tinha era de que sua análise não se baseava apenas em noções sintáticas.

Naquela ocasião, por pura intuição, ao ensinar-lhes análise sintática, eu sugeria que eles identificassem, em primeiro lugar, o verbo nas frases e, a partir de então, passávamos à identificação dos outros elementos frásicos. No entanto, quando, nas frases surgiam verbos que designavam medida, peso, custo e duração, a dificuldade de meus alunos era como classificar os elementos frásicos realizados à direita de tais verbos. Ao consultar as gramáticas de língua portuguesa mais conhecidas e adotadas em grande parte das instituições de ensino, com as quais, cabe dizer, também aprendi, observei que, por vezes, não havia consenso entre os autores sobre a definição e sobre a classificação desses elementos frásicos.

Nessa literatura, estruturalmente, as frases que contêm os verbos citados são, por vezes, comparadas por alguns dos gramáticos às frases que contêm verbos transitivos diretos, e, os complementos à direita de tais verbos classificados como objetos diretos. Entretanto, diante de exemplos como *O menino mediu 50 cm ao nascer*, meus alunos levantavam a questão de que *O menino* não havia realizado a ação de *medir*, ao contrário, ele *havia sido medido* e, neste caso, este sujeito não seria agente de ação alguma. Logo, o verbo não pertenceria à classe semântica de

atividade/ação e, portanto, *50 cm* não poderia ser classificado como objeto direto. Seriam, então, esses verbos intransitivos e, portanto, *50 cm* adjunto adverbial de medida como querem crer alguns outros gramáticos?

Fazendo uso da literatura pertinente adotada nas escolas para o ensino da língua portuguesa, ou seja, das gramáticas de Evanildo Bechara (1977), Celso Cunha e Lindley Cintra (1985), Rocha Lima (2000) e Evanildo Bechara (2001), verifiquei o tratamento dado por esses autores às realizações dos verbos que designam medida, peso, preço e duração, buscando identificar se os traços relativos à classificação desses verbos estão presentes nas realizações aqui enfocadas. Em outras palavras, minha intenção foi a de verificar se o conceito de *transitividade, objeto direto e adjunto adverbial* atribuídos pela tradição gramatical eram adequados à análise desses verbos.

Além das gramáticas e compêndios gramaticais, verifiquei também que há trabalhos que mencionam os verbos aqui estudados como parte de um estudo maior. Um desses trabalhos é de autoria de José Carlos da Silva.

Em sua dissertação de mestrado *A distinção entre complementos e adjuntos do verbo: uma abordagem sistêmica* (2000), Silva tem como objetivo principal estabelecer critérios para a distinção entre complementos e adjuntos do verbo usando um modelo sistêmico para avaliar e definir o complemento verbal e o adjunto adverbial. Seu modelo sistêmico consiste de três planos: o plano do mundo que provém os dados de entrada e o plano da língua que seleciona e processa os dados no esquema lingüístico conceitual e oracional. É nesse plano que se encontram as proposições que são realizadas no discurso. O terceiro plano, o plano do discurso, é o que realiza as comunicações e define os espaços de complementação verbal a serem preenchidos, onde informações que podem ser consideradas dispensáveis a princípio, podem se tornar exigíveis para o sucesso da comunicação lingüística. A partir dessa abordagem, Silva define como complemento o espaço que deve ser obrigatoriamente preenchido e como adjunto o que não apresenta ou exige essa obrigatoriedade nesse mesmo plano.

Adicionado ao fato de que há problemas quanto à definição do que é essencial e acidental na complementação verbal segundo os gramáticos tradicionais, Silva

identifica outros problemas, sendo um deles a “negação da condição de complementos a termos denotativos de lugar e de mensuração do tempo, do peso, do preço e da extensão, em nítidos ambientes de complementação verbal.” (Idem, p.1). A abordagem de Silva com relação a essa questão se restringe à definição dessas expressões como termos integrantes, ou seja, complementos dos verbos. Para a averiguação de tal questão, o autor usa o teste da omissão do elemento de denotação *espacial*, *temporal* ou *mensuradora*, verificando que sua ausência implica inaceitabilidade da frase pelos falantes, o que comprova sua necessidade para a complementação verbal. Embora o autor tenha realizado um estudo importante para a questão da complementação verbal, o enfoque de sua dissertação não foi o de analisar os traços sintáticos-semânticos exigidos por esses verbos para o preenchimento dos espaços à direita e à esquerda.

Um outro trabalho que também faz menção aos verbos objeto de estudo desta dissertação é o de Marcia de Amaral Peixoto Martins intitulado *Os predicadores de comunicação lingüística: uma proposta de classificação* (1987). O objetivo de Martins é descrever e propor uma nova classificação geral para um grupo de predicadores (verbos) da língua portuguesa, visando especificamente estudar os predicadores de “comunicação lingüística”. Ela pretendeu também sugerir um esquema descritivo que fizesse parte das entradas lexicais de cada um dos predicadores. Foi realizado um levantamento do número e do tipo de complementos exigidos por cada classe de predicador, as funções sintáticas e semânticas, as restrições de seleção, traços semânticos e pragmáticos e as possíveis organizações sintáticas. Especificamente com relação aos verbos *medir*, *pesar*, *custar*, etc., Martins dedica uma seção de sua dissertação à classificação desses verbos como *predicadores estativos relacionais mensurativos*. Em sua análise, a autora destaca a descrição da entrada lexical desses verbos que “descrevem a entidade que ocupa o espaço do argumento nuclear em termos mensurativos.”(idem, p.63) e para os dois argumentos nucleares desses verbos a autora identifica as funções semânticas de *caracterizado* e *predicado*.

O terceiro trabalho verificado foi a dissertação de mestrado intitulada *Complementação verbal: estudo dos elementos nominais básicos do verbo do*

português de Maria Eliana Duarte Alves de Brito cujo objetivo foi o de analisar a complementação verbal na língua portuguesa em dois planos: o plano potencial e o plano das realizações. É no plano potencial que as exigências para o preenchimento dos espaços nominais básicos dos verbos são delimitadas e é no plano das realizações que ocorre o preenchimento ou a omissão desses espaços. A intenção de Brito é apresentar uma classificação dos verbos do português de acordo com o seu comportamento relativamente aos seus complementos. Seu enfoque visa analisar as características dos espaços-complementos e as possibilidades de presença e de omissão dos termos (sujeito, objeto direto, complemento relativo, objeto indireto, etc.). A autora considera o sujeito como um dos espaços-complementos do verbo denominando-o de espaço A. Ao estudar o espaço B, Brito destaca o espaço pedido por verbos como *pesar, medir, custar, correr, crescer, durar* e outros que costumam ser completados por elementos com valor de complemento indicativo de medida, ou seja, complementos que indicam *medida, peso, valor e duração no tempo*. A autora considera que esses verbos são verbos de difícil análise, ficando seu trabalho restrito à verificação das características desse tipo de espaço, tais como a obrigatoriedade do preenchimento do espaço, a impossibilidade de cliticização, o pertencimento à área semântica das medidas e ser, em geral, um sintagma nominal. A autora, no entanto, não aborda em sua análise os traços sintáticos e semânticos do verbo e seus complementos.

Em *Iniciação à Sintaxe do Português*, Azeredo (1997, p.83) aborda os verbos que são seguidos de SN com valor quantitativo, não substituível por pronome átono, como verbos intransitivos.

Até onde pude verificar, não encontrei um trabalho que fizesse exclusivamente um estudo específico das características pertinentes a esse grupo de verbos e do comportamento dos mesmos do ponto de vista do relacionamento sintático e semântico com seus complementos.

Sabemos que os verbos apresentam propriedades sintáticas e semânticas e que exigem determinados traços sintáticos e semânticos de seus complementos. São os verbos que indicam e estabelecem que tipo sintático-semântico de complementos eles aceitam, estabelecendo uma relação de coesão e dependência entre eles.

Proponho, portanto, uma análise que enfoque esses traços semânticos dos verbos e de seus complementos, a qual contribua não apenas para a compreensão da representação estrutural, mas também para uma discussão acerca da necessidade de se expandir o conceito de transitividade, de forma que se possam descrever realizações verbais como as estudadas nesta dissertação, assim como outras. Minha proposta de análise visa ainda provocar uma reflexão acerca da necessidade de mudança do paradigma de ensino da língua portuguesa vigente em grande parte das instituições de ensino no país.

Para tal, pretendo proceder a uma revisão crítica da visão gramatical tradicional vigente sobre o tratamento dado aos verbos objeto de estudo desta dissertação, identificando os problemas que se apresentam com relação ao tratamento dado às realizações dos verbos *medir*, *pesar*, *custar* e *durar*, e analisá-las à luz da teoria da gramática de valências.

A relevância teórica desta análise reside em um estudo mais aprofundado do comportamento das realizações dos referidos verbos baseado em um abordagem sintático-semântica tendo como ponto de partida o verbo *e*, a partir dele, a análise dos traços dos elementos frásicos por ele exigidos.

A relevância prática deste estudo encontra-se na contribuição que uma análise do comportamento dos verbos acima citados dará a professores e alunos auxiliando-os a desenvolver um pensamento mais crítico e lógico diante do que, muitas vezes, lhes é apresentado. Com essa abordagem, os alunos poderão considerar todos os elementos frásicos exigidos pelo verbo utilizando sua intuição de falantes da língua portuguesa.

Os verbos *medir*, *pesar*, *custar* e *durar*, objeto de estudo desta dissertação, fazem parte de um grupo maior que apresenta como elemento à direita termos que denotam *medida*, *peso*, *valor* e *duração* no tempo e no espaço. O fato de centralizar este estudo em um grupo pequeno de verbos permitirá aprofundar a pesquisa.

Para proceder ao estudo proposto, utilizo os conceitos sintáticos e semânticos conforme estabelecidos pela *Gramática de Valências* de Winfried Busse e Mário Vilela (1986), pela *Gramática de Valências Teoria e Aplicação* (1992) de Mário Vilela, assim como também faço uso das definições semânticas dos verbos e seus

complementos utilizadas no *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil* de Francisco da Silva Borba (1991) e de alguns dos conceitos semânticos relativos aos verbos na *Gramática de Usos do Português* (2000) de Maria Helena de Moura Neves. A razão dessa escolha deve-se ao fato desses compêndios gramaticais e do dicionário terem como pólo de análise a semântica e a sintaxe do verbo. A teoria da gramática de valências tem como princípio o verbo como centro dinâmico da frase, centralidade essa já considerada por mim no ensino da análise sintática, há alguns anos, de forma intuitiva.

A *Gramática de Valências* tem tido adeptos, como é o caso da gramática recém-lançada de Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch *Gramática da Língua Portuguesa* (2001), a qual, do ponto de vista pedagógico, me parece favorecer o ensino de questões como a tratada nesta dissertação de forma lógica e sistemática, proporcionando ao professor organizar os conceitos formulados pelos autores de gramáticas tradicionais e objetivando a abrangência do maior número possível de probabilidades dos fatos lingüísticos. Vilela e Koch utilizam uma tipologia de actantes que consiste em determinar as propriedades ou traços marcantes constituídos pela relação sintática dos elementos frásicos. Para atingir esse fim, os autores lançam mão de critérios como a anaforização, interrogação, passivização, etc. para estabelecer o quadro sistemático dos actantes, obrigatórios e facultativos, e dos circunstantes.

Com essa novíssima gramática, pretendo analisar as estruturas lingüísticas mencionadas acima com base nessa tipologia de actantes. Meu objetivo é uma análise com enfoques estruturais e funcionais, em termos sintáticos e semânticos, dos espaços abertos pelos verbos aqui mencionados (ou seus argumentos) e do relacionamento existente entre esses verbos e seus elementos frásicos quando do preenchimento desses espaços (ou seus actantes) para estabelecer uma explicação mais adequada das razões por que algumas estruturas se organizam de um modo e não de outro. Para o cumprimento de tal objetivo será feita uma análise dos traços semânticos que os argumentos desses verbos apresentam quando de sua relação sintática.

O tratamento das estruturas lingüísticas a partir do verbo e a contemplação de todos os seus elementos frásicos como complementos desse verbo implica usar uma definição de ‘transitividade’ e de ‘complementação’ diferentes da utilizada pela tradição gramatical. A definição de transitividade na qual se baseia esta dissertação encontra-se em Halliday (1966) e abrange a noção de que a transitividade está relacionada com um tipo de processo expresso na frase que engloba o processo propriamente dito, os participantes nele, animados e inanimados, e os vários atributos e circunstâncias dele e dos participantes.

Como se pode verificar na realização das frases, a situação comunicativa é a que determina a valência verbal. Em outras palavras, a necessidade ou não do preenchimento dos espaços abertos pelo verbo é determinada pela intenção comunicativa. Há uma necessidade sintática de preenchimento dos espaços, mas também há uma possibilidade de variação em face das determinações da situação comunicativa.

Vejam, por exemplo, a frase *João foi à escola*. O verbo *ir* abre dois espaços que necessitam ser preenchidos sintaticamente para que a frase se torne gramatical, neste caso, *João* e *à escola*. No entanto, se tivermos um contexto lingüístico como abaixo, verificamos que não há necessidade de preenchimento de todos os espaços do verbo *ir*, uma vez que podemos recuperar os termos não expressos na situação comunicativa.

- Onde foi João?
- À escola.

Nesse sentido, e para alcançar tal objetivo, julguei pertinente utilizar também na análise dos verbos selecionados o fundamento teórico de linha funcionalista. Esta teoria, como aponta Martinet (1978, *Apud* Neves, 2001, p.2), objetiva verificar o modo como os usuários da língua conseguem se comunicar eficientemente usando-a. Para o autor, o lingüista deve ser guiado pela “competência comunicativa”¹ do falante

¹ Conforme Hymes, competência comunicativa significa o conhecimento tácito social, psicológico cultural e lingüístico que governa o uso apropriado da linguagem, incluindo, mas não limitado a, gramática. (1974, *Apud* Schiffrin, [1994] 1997, p. 8). Minha tradução.

uma vez que a língua é um instrumento de comunicação do que o homem sente, percebe e compreende na sua vida.

Ao ter como orientação e exame a competência comunicativa, o funcionalismo está considerando a capacidade dos falantes de codificar e decodificar expressões lingüísticas, de usar e interpretar essas expressões de forma satisfatória na interação verbal. Ao interagir, o falante almeja o sucesso de sua comunicação interativa e é nesse sentido que faz uso das relações gramaticais da língua. Neves (2002, p.12) ressalta que “[...] o falante tem uma margem muito ampla de liberdade organizacional, suscetível a pressões ligadas à necessidade e ao desejo de sucesso na interação, o que se contrabalança com as restrições internas do sistema”.

A escolha do arcabouço teórico da gramática funcional se justifica pela visão de que os enunciados proferidos pelos falantes apresentam uma intenção no ato do evento de fala e, portanto, há uma mudança na interpretação semântica das estruturas frásicas relativamente ao elemento central da frase, o verbo, estendendo as conseqüências aos elementos frásicos exigidos pelos verbos, o que acarreta diferença na análise e interpretação desses elementos.

Dik (1978, *Apud* Neves, 2001, p.19) concebe a língua como instrumento da interação social. Ao utilizarem suas informações pragmáticas, os falantes usam a língua com o objetivo de provocar alguma modificação na informação pragmática do destinatário com a intenção de estabelecer relações de comunicação. O destinatário, por sua vez, fazendo uso igualmente de sua informação pragmática, interpreta o que o seu interlocutor disse.

O falante aciona a produtividade da língua, ou seja, joga com as restrições semânticas, as quais tornam os enunciados comunicativos, ou seja, aceitáveis pelo interlocutor, para em seguida, operacionalizar (realizar) dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de produção as escolhas comunicativamente aceitáveis. É a esse processo que chamamos competência lingüística do falante.

O funcionalismo se interessa pela forma como a comunicação é realizada através das estruturas das expressões lingüísticas. É com base nessa concepção do papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, ou seja, o funcionamento comunicativo da linguagem a serviço do evento de fala, que me alinho com os

defensores de uma gramática das línguas naturais ou das relações gramaticais das estruturas lingüísticas que seja dinâmica e não rígida e acabada. Para os funcionalistas, a gramática de uma língua não tem fim, ou seja, está sempre em desenvolvimento. (Halliday, 1994, p.xi)

Em *Funcionalismo e linguagem* (1995, Apud Neves, 2001, p.3), Givón diz:

A gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.

1.1 Metodologia

Como metodologia para o desenvolvimento desta dissertação, em primeiro lugar, será feita uma revisão crítica do tratamento dado aos verbos de medida nas seguintes gramáticas: *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (1977), *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (2001), *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de Rocha Lima (2000) e *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985). A partir desses dados, verificarei se a noção de transitividade, defendida por essas gramáticas tradicionais, é ou não identificada em algumas das realizações dos verbos objeto deste estudo. A revisão crítica visa mostrar que a classificação atribuída a esses verbos nem sempre se justifica para algumas de suas realizações.

Em seguida, buscando uma descrição dos fatos da língua, darei prosseguimento a uma análise desses verbos e seus argumentos tendo como fundamento teórico-metodológico a teoria de linha funcionalista.

A partir de então, com base nos conceitos de Francisco Borba em seu *Dicionário Gramatical de Verbos do Português do Brasil* (1991), na *Gramática da Língua Portuguesa* de Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch (2001) e na *Gramática de Valências* de Mário Vilela (1992), analisarei essas realizações do ponto de vista da valência verbal. A base da análise consistirá de uma descrição baseada em uma tipologia de actantes apresentada na *Gramática da Língua Portuguesa* de Mário

Vilela e Ingedore Villaça Koch. Procurarei mostrar que uma análise que parte do verbo como centro dinâmico da frase consegue abranger a quase totalidade das realizações desses verbos.

Para realizar a proposição acima, partirei, numa primeira etapa, das entradas lexicais selecionadas no *Novo Dicionário* de Aurélio Buarque de Holanda (1999) e dos exemplos de realizações desses verbos apresentadas nesse dicionário e em algumas dissertações que, de alguma forma, abordam o assunto.

Assim, esta dissertação organiza-se em 5 capítulos, a saber:

O capítulo I apresenta um breve resumo das motivações que levaram ao estudo do comportamento dos verbos *medir*, *pesar*, *custar* e *durar*.

O capítulo II apresenta a revisão crítica das gramáticas tradicionais vigentes onde o tratamento dedicado às realizações dos verbos acima citados é identificado.

O capítulo III apresenta uma pequena síntese do fundamento teórico de linha funcionalista, da gramática funcional de Michael Halliday e da gramática de valências, as quais serviram de base para a análise dos dados.

O capítulo IV trata da questão levantada no capítulo II à luz da teoria da gramática de valências com a aplicação de uma metodologia de análise diferente, a saber, a tipologia de actantes. Neste capítulo também é abordada a questão da *ergatividade* e apresentada uma análise funcional dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* na ótica da *Gramática Funcional* de Michael Halliday.

O capítulo V apresenta as considerações finais.